

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC**  
**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**DANILO HENRIQUE CASSEMIRO LEMOS**

**Raça e racismo nas Relações Internacionais**

**RECIFE**

**2016**

**DANILO HENRIQUE CASSEMIRO LEMOS**

**Raça e racismo nas Relações Internacionais**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

**ORIENTADOR: Prof. Pedro Soares**

**RECIFE**

**2016**

**Lemos, Danilo Henrique Cassemiro**

**Raça e racismo nas Relações Internacionais. / Danilo Henrique Cassemiro  
Lemos. – Recife: O Autor, 2016.**

**48 f.**

**Orientador(a): Prof. Dr. Pedro Soares.**

**Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã.  
Trabalho de conclusão de curso, 2016.**

**Inclui bibliografia.**

**1. Relações Internacionais. 2. Racismo 3. Raça. 4. Política Internacional. I.  
Título.**

**327  
327**

**CDU (2.ed.)  
CDD (22.ed.)**

**Faculdade Damas  
TCC 2016-456**

**DANILO HENRIQUE CASSEMIRO LEMOS**

**Raça e racismo nas Relações Internacionais**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Orientador Pedro Gustavo Cavalcanti Soares  
**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC**

---

Prof. Luciana Lira  
**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC**

---

Prof. Fábio Ferreira  
**UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE**

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. Capítulo – Raça, racismo e “supremacia branca”: uma visão do outro .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 A autoimagem europeia e o ego cultural: a formação de uma identidade nacional.....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 A imagem do “outro”: uma dialética contrária a autoimagem europeia.....</b>	<b>19</b>
<b>1.3 Raça e racismo: um conceito .....</b>	<b>21</b>
<b>2. Capítulo – Raça e racismo: uma visão internacional .....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 O contrato racial como base do contrato social.....</b>	<b>26</b>
<b>2.2 Anarquia e política internacional .....</b>	<b>32</b>
<b>3. Capítulo – O progresso como uma ideologia imperialista ocidental.....</b>	<b>36</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>45</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>48</b>

# **Raça e racismo nas Relações Internacionais**

**Danilo Henrique Casseiro Lemos\***

## **Resumo**

Este trabalho tem por finalidade traçar uma análise a cerca da formação do sistema internacional fazendo um recorte de raça, partindo da construção da identidade europeia e como esse pensamento se debruça no resto do mundo como uma relação de poder baseado em questões raciais, acarretando na ascensão de uma supremacia branca internacional. Esses aspectos serão analisados sempre partindo de uma perspectiva europeia do "outro", passando pelas principais escolas das Relações Internacionais, examinando conceitos relevantes como a noção de contrato social e anarquia internacional. Aspectos modernos da conjuntura internacional também serão analisados se respaldando na ideia de "progresso europeu", que lançam uma ordem internacional mascarada pelo universalismo.

Palavras-Chave: Raça; Racismo; Relações Internacionais;

---

\* Aluno concluinte do curso de Relações Internacionais

## **Abstract**

This work is intended to give an analysis about the formation of the international system by a race cut, starting from the construction of European identity and how that thinking focuses on the rest of the world as a power relationship based on racial issues, resulting in the rise an international white supremacy. These aspects will always be analyzed starting from a European perspective of the "other", through the major schools of International Relations, examining relevant concepts such as the notion of social contract and international anarchy. Modern aspects of the international situation will also be analyzed to endorse the idea of "European progress", which launched an international order masked by universalism.

**Keywords:** Race; Racism; International Relations

## **Agradecimentos**

Eu gostaria de agradecer e dedicar este meu trabalho a minha família, que foi meu alicerce em toda minha vida, se esforçando ao máximo para me dar a melhor educação apesar das dificuldades da vida. Obrigado a minhas duas mães - tia e vô - Clécia e Lena pela educação maravilhosa e por me apoiar e acreditar em mim em todos os momentos, pela dedicação, pelo amor, pelo carinho e pela paciência. Serei eternamente grato. Gostaria de agradecer também ao meu pai e meu avô que mesmo de longe me apoiaram e torceram por mim e me ajudaram a ser a pessoa que sou hoje.

Agradeço aos meus amigos – Nathalia, Pablo, Felipe, Marylia, Denice, Littbarski, Maeli e outros – por se tornarem a minha segunda família, me dando apoio nas horas difíceis sempre me lembrando que sou forte e capaz de alcançar meus sonhos. Obrigado pelo amor, nossos momentos serão eternizados. Cada risada, cada choro, nossas angústias, nossas aspirações, nossas indecisões. Nós amadurecemos juntos e juntos permaneceremos.

Agradeço a todos meus professores por cada semente que foi plantada dentro de mim. Obrigado por me apresentar o mundo, suas perspectivas, me colocar pra pensar, me fazer refletir. Vocês fazem parte da minha bagagem e sou muito grato por isso. Gostaria de agradecer em especial aos professores Pedro Soares e Luciana Lira, que me ajudaram bastante nessa minha jornada, sempre com muita paciência e humildade. Obrigado pelas conversas, pelos debates, por dedicar tempo extra pra me atender e pela inspiração. Admiro muito vocês.



## **Introdução**

Questões que envolvem raça e racismo sempre estiveram presentes ao longo da história. Porém esse fator se intensificou com a idade moderna e pós-moderna devido às grandes navegações europeias que resultaram em uma relação de poder entre europeus e não europeus no período do colonialismo e posteriormente com o imperialismo no continente africano e asiático.

Esse contato europeu deu origem ao conceito moderno de raça, atribuindo características biológicas de certos grupos étnicos para justificar um grau de inferioridade e superioridade entre os povos. Isso trouxe uma estratificação de poder institucionalizado pelo racismo, onde um determinado indivíduo é impedido de acessar certos tipos de direitos em uma sociedade, gerando desigualdade, como por exemplo, o apartheid ocorrido na África do Sul. Este tipo de sistema afeta tanto o âmbito nacional como o internacional.

Entendemos que o estudo a cerca do conceito de raça se mostra importante quando discutimos problemas sociais modernos e pós-modernos. É notável que questões étnicas, associadas a um grupo de indivíduos, ainda se mostram presentes nos grandes debates políticos, seja ele doméstico ou internacional. Isso significa que ainda nos dias de hoje existe uma estratificação do poder seguindo uma linha de cor que desfavorece aqueles de pele mais escura, os colocando em uma posição desprivilegiada nas estruturas de poder, impedindo que estes indivíduos se desenvolvam de forma expressiva.

Por muitas vezes as questões de raça e racismo são interpretadas como problemas sociais que cabem as políticas internas de cada Estado, porém se formos olhar a essência desse problema iremos perceber que o conceito de raça da forma que conhecemos hoje, surge com o pensamento ocidental, que desde as grandes navegações e posteriormente com o imperialismo, defendeu uma ideia de supremacia branca, baseado no pensamento de que os europeus ocupavam uma posição superior em relação aos outros povos do mundo, onde os últimos representavam um estágio inferior de desenvolvimento, dito como primitivo. Essa interação entre europeus e não europeus – brancos e não brancos - moldou o início das relações internacionais da época, lançando as bases da organização de poder e da subordinação dos povos não brancos. Por isso, estudar questões de raça e racismo dentro das Relações Internacionais se mostra extremamente relevante.

Analisaremos a construção da identidade europeia e como seu pensamento foi essencial para a formação de uma cultura expansionista, que se baseia na ideia de “civilização” e “racionalidade” para impor-se sobre os outros povos de forma vertical, sempre se enxergando como o “tutor do mundo”, baseando-se numa ideia de um “outro” inferior, irracional e primitivo que precisa da salvação europeia para se livrar do caos. Esse pensamento vai gerar muitas teorias racistas dentro da academia principalmente na cadeira de antropologia, criada para estudar o “outro”, mas também nos estudos das Relações Internacionais, perpassando pelos teóricos contratualistas e pelas principais linhas de pensamento, como o realismo e o liberalismo. Nesse contexto, veremos críticas pertinentes dentro dos conceitos de estado de natureza, contrato social, e anarquia internacional. Outro aspecto importante tratado nesse artigo é o conceito moderno de “progresso” e “universalismo” europeu, atrelado ao desenvolvimento tecnológico, que serve como um discurso atual de imposição dos valores europeus para o resto do mundo, mantendo assim o status quo do sistema internacional nas mãos das grandes potências europeias.

Ainda hoje dentro dos estudos das Relações Internacionais, observa-se pouca produção e atenção no que se refere ao estudo de raça e racismo, principalmente materiais traduzidos e produzidos em português. Isso faz com que esse assunto fique em segundo plano e por muitas vezes rebaixado a problemas pessoais e internos dos Estados. É preciso uma maior atenção a esse tema, pois questões de raça estão intrinsecamente ligadas as relações entre os Estados fazendo parte do sistema internacional desde o seu surgimento até os dias de hoje, como a atual crise de refugiados por exemplo.

O imperialismo europeu se valeu de questões de raça como justificativa de seu domínio, reestruturando continentes inteiros ao seu favor. Não é por acaso que as grandes potências da atualidade sejam brancas. Isso advém de anos de exploração e saqueamento de recursos naturais de outros povos em prol do desenvolvimento europeu. O motivo de grande parte dos países africanos se encontrarem na posição denominada pelos próprios europeus de “terceiro mundo” se dar por conta disso. Por isso, esse trabalho vem levantar questionamentos a cerca do sistema internacional estabelecido e elucidar as questões de raça inerente às estruturas de poder.

Uma questão complexa refere-se à medida em que o racismo e, em particular a supremacia branca, continuou a permear e moldar práticas e concepções da política global após 1945 e em nosso tempo presente. O colapso dos impérios formais e eliminação da

linguagem explicitamente racista no âmbito das ciências sociais não resultou no fim da era do imperialismo e nem no fim de noções raciais na ordem global. As várias ondas de teorias sobre modernização, podem ser vistas como uma continuação dos modos anteriores do imperialismo liberal. A globalização, retratada na ideia de progresso, se mostra apenas como a continuação do imperialismo ocidental através de meios informais e através de instituições de governança global. Identificar as várias maneiras em que a raça e o racismo figura na reprodução de tais hierarquias é uma das questões mais complexas que enfrentam acadêmicos de RI hoje.

Com isso, para que possamos traçar as causas que ocasionou a essa estratificação de poder que levou ao favorecimento das nações precisamos de uma abordagem metodológica histórica a fim de investigar a formação do pensamento e comportamento cultural europeu partindo da visão da antropóloga e acadêmica em estudos africanos. Este entendimento nos ajudará a entender como o europeu via a si mesmo e como ele enxergava o outro, para que a partir daí possamos entender a construção do termo raça e sua institucionalização através do racismo, tanto no âmbito nacional como internacional.

Após essa análise perpassaremos sobre os estudos das Relações Internacionais, através de vários artigos que abordam esse assunto através de um recorte de raça, trazendo uma perspectiva relevante e pós-colonial. Por fim, analisaremos a ideia de progresso europeu e suas implicações para a manutenção de um sistema racista internacional levados pelo discurso de universalismo, com o objetivo de elucidar e trazer um recorte de raça para os estudos internacionais.

## **CAPÍTULO 1: RAÇA, RACISMO E “SUPREMACIA BRANCA: UMA VISÃO DO OUTRO**

Percebe-se que as questões de raça e racismo se mostram muito presentes em todos os âmbitos de uma sociedade, seja ela intranacional ou internacional, e para entendermos melhor esses conceitos, precisamos traçar suas origens, seus fundamentos e como posteriormente essas ferramentas foram usadas como justificativa de uma "supremacia branca", tendo sua ideologia personificada no colonialismo a partir do século XVI e no imperialismo na primeira metade do século XX.

A fim de entender as Relações Internacionais partindo dessa perspectiva, é importante compreender o papel essencial que a diferença racial, em particular a superioridade das raças brancas sobre as outras, desempenhou na formação do passado, do presente e do futuro. O termo quase universal que caracteriza os Estados como "ocidentais" e "não ocidentais" possui uma conotação racial que coloca a Europa como o centro geográfico do sistema internacional. Esses termos levantam uma questão que perpassa pela relação do "eu" (ocidental) e o "outro" (não ocidental), e como essa interação molda a balança de poder no sistema internacional atual. Para isso, é preciso analisar a formação da autoimagem europeia e como sua natureza é dialeticamente relacionada à sua visão do outro.

### **1.1 A autoimagem europeia e o ego cultural: a formação de uma identidade nacional**

A construção da identidade europeia é baseada num conjunto de comportamentos, literaturas, e outras expressões culturais que emergem como uma consistente afirmação autobiográfica de como eles veem a si mesmos e o que eles "querem ser" em relação aos outros, criando assim, um "ego cultural" que dar respaldo ao comportamento normativo e sancionado europeu. Para o autor Joel Kovel (1971), o termo "ego cultural", diz respeito ao ego de uma massa de pessoas e como eles se apresentam em uma situação histórica. O senso de si e o senso de identidade são reflexões de um trabalho sintético do ego. Todos os elementos apresentados para o indivíduo por seus impulsos, suas experiências e as necessidades do ambiente em que se encontra, devem ser fundidas numa autoimagem coerente e um senso de identidade. A principal chave para entender a autoimagem europeia é a atribuição do termo "homem racional" para si.

As implicações da "racionalidade" para a mente europeia são cruciais. O "homem racional" em termos europeus, é acima de tudo, aquele que tem o controle de suas paixões. Ele faz escolhas baseadas na razão e isso o coloca em uma posição privilegiada de autocontrole, permitindo assim a manipulação e o controle de outros. Ele tem poder sobre os outros pela virtude de seu racionalismo. Através da institucionalização e abstração desse processo de tomada de decisão racional, onde a ciência está inserida, ele acredita que pode até mesmo controlar seu destino. Os europeus sem consideram "críticos" e "racionais" porque eles acreditam que podem se afastar de suas emoções e de seus objetos de estudo. Por esse motivo eles assumem que podem ser objetivos.

De acordo com a mitologia europeia, eles estão de fato na posse de uma objetividade que os coloca numa posição favorecida, enquanto os outros estão encobertos pela emoção que ofusca sua visão. Com a racionalidade e a objetividade vem a "universalidade". Europeus estão mais perto do "universal", porque sendo racionais eles conseguem escolher e planejar formas sociais e intelectuais adequadas para todos. Sendo objetivos, sua visão e interpretação pode ser internacional em alcance e ter significância universal, diferente das sociedades paroquiais e ligadas a cultura, assim acreditam.

A antropóloga Marimba Ani (1994) argumenta que outros aspectos importantes para a compreensão da formação da identidade europeia estão nos termos "homem científico" e "homem civilizado". Ciência para o europeu é sinônimo de "conhecimento" e esse conhecimento é representação de poder. Conhecimento científico é a habilidade de controlar, manipular, e prever o movimento das pessoas e de outros "objetos". Assim, os europeus se veem como "homem científico", aquele que manipula o mundo ao seu redor.

Os termos "moderno" e "civilizado" também são termos utilizados pelos europeus e representam a síntese do valor na escala do "progresso". O historiador Harry Elmer Barnes consegue exemplificar esse pensamento na seguinte passagem:

From the intellectual standpoint, then, a man is a modern if he thinks in a logical fashion and acquires his information through the inductive methods of observation and experimentation. Insofar as he believes in supernatural causation, thinks illogically, and does not rely upon scientifically ascertained facts, his thinking is of a primitive cast, whether he be a graduate of a leading American university in the

second third of the twentieth century or an illiterate bushman. (1965, p. 43)<sup>1</sup>.

Todos esses aspectos culturais que compõem a identidade europeia justificam a imagem de “conquistador” que os ocidentais atribuem a si. O exercício de poder, que os europeus atribuem a si mesmos e que eles procuram de forma contínua, se manifesta na capacidade de conquistar tudo que eles encontram pela frente. Esta característica pode ser traçada no início da cultura indo-europeia. A conquista abriga tendências agressivas intrínsecas. A cultura em si redireciona essas tendências como "energia progressiva". A ideia de destrutividade se torna sinônimo de “reconstrução do mundo” na visão do conquistador. Ele é "universal" na sua liberdade de apego emocional e objetividade, em virtude da sua abordagem científica e uso da lógica, portanto, tem o direito de espalhar-se universalmente, a fim de "iluminar" o mundo.

Assim como a autoimagem de "conquistador do mundo", o europeu também se autoproclamou salvador do mesmo. A ideologia cristã é o epítome desta imagem, e, de fato, apresentou um "salvador do mundo" para o mundo. Este aspecto da cultura implica a ideia de superioridade europeia, isso não implica altruísmo, como tem sido mal interpretado. Os europeus são o próprio "Cristo", que vieram para salvar o mundo e cujas qualidades são superiores o suficiente para lhes permitir ficar como um modelo para todos nós. A expressão deste aspecto da cultura Europeia sob a forma de ideologia cristã tornou mais aceitável e sutil aos olhos dos outros. O historiador Yehoshua Arieli, analisa esses aspectos na experiência do nacionalismo protestante na chamada “Nova Inglaterra”:

This Protestant nationalism adopted peculiar racial theories. The legitimation of the right to conquest and the theory of manifest destiny, wherever preached by Americans, accepted to a certain degree the idea of the superiority of the Anglo-American “race” as a progressive force which would impose liberty on all mankind. The New England concept of the nature of the American mission blended universalism and nationalism in an ideology which accounted for its own achievements by a theory of race and yet believed that its patterns of life could be imposed on others. The Anglo-American race had the duty of transmitting the pattern of life it had developed to the whole world in order to promote pure Christianity. The expansion of the

---

<sup>1</sup> Tradução livre da citação: Do ponto de vista intelectual, então, um homem é um moderno se ele pensa de forma lógica e adquire a sua informação através dos métodos indutivos de observação e experimentação. Na medida em que ele acredita em causa sobrenatural, pensa illogicamente, e não se baseia em fatos cientificamente apurados, seu pensamento é de um elenco primitivo, seja ele um graduado de uma universidade líder americano no segundo terço do século XX ou um bosquímano analfabeto.

American nation was the means by which Providence furthered the cause of religion and the spread of pure faith (1966, pp 250-251)<sup>2</sup>.

Os europeus, acima de tudo, se enxergam como os "grandes organizadores", os instauradores da ordem a partir do caos. Eles não reconhecem a ordem que eles encontram na natureza e em outras culturas, e assim eles impõem sua própria onde quer que vá. Logo o europeu torna-se pacificador do mundo. Ele atribui a si a missão de trazer "paz" e "liberdade" a todos pela imposição de sua ordem.

A criação de uma consciência nacional tem sido um componente crucial do sucesso europeu. O pensamento platônico, o cristianismo e a ciência são complementados pelo o que os historiadores tem feito para a mitologia das origens raciais e nacionais do povo europeu. Assim como diz o historiador Hugh MacDougall em seu livro *Myth in English History: "Myths of origin enable people to locate themselves in time and space"*. A história cultural europeia, que suporta a ideologia ocidental, revela a centralidade do mito e da criação do mito para o sucesso político do ocidente. O que se destaca como central na experiência europeia é o mito de origem nacional / racial. E mesmo com vários mitos na região como o Alemão, Francês, Inglês, Italiano e Espanhol, podemos identificar certos aspectos comuns que eventualmente se unem e emergem como uma monolítica e poderosa autoimagem europeia. A história da cultura europeia demonstra a centralidade do pensamento racista, do mito racial na ideologia europeia. O conceito de superioridade racial está inextricavelmente entrelaçado na matriz do mito europeu. O desenvolvimento da Inglaterra como uma entidade nacional exemplifica o papel especial do pensamento racial na criação de uma identidade nacional na experiência europeia.

Na Inglaterra do século XI e XII, o problema político foi unir os britânicos, anglo-saxões e os normandos em uma única nação, isto é, fazer esses grupos se identificarem com uma nacionalidade. Em 1136, Geoffrey de Monmouth completou sua história dos grupos em questão. Sua "história" criou a lenda do rei Artur onde todos eles estavam ligados ao mito de

---

<sup>2</sup> Tradução livre da citação: Esse nacionalismo protestante adotou teorias raciais peculiares. A legitimação do direito à conquista e a teoria do destino manifesto, sempre pregado pelos americanos, aceitou em certa medida a ideia da superioridade da "raça" anglo-americana como uma força progressiva que iria impor a liberdade em toda a humanidade. O conceito de Nova Inglaterra da natureza da missão americana misturados universalismo e nacionalismo em uma ideologia que respondeu por suas próprias realizações por uma teoria de raça e ainda acreditava que seus padrões de vida poderiam ser imposto aos outros. A raça anglo-americana tinha o dever de transmitir o padrão de vida que tinha desenvolvido para o mundo inteiro, a fim de promover o cristianismo puro. A expansão da nação americana foi o meio pelo qual Providence promoveram a causa da religião e da propagação da fé pura

Tróia. Hugh MacDougall, diz que a "história" de Geoffrey "como trabalho de imaginação criativa foi uma realização soberba"<sup>3</sup>.

Assim que o poder da coroa britânica passou a dar espaço para as demandas dos novos interesses comerciais que vinha se desenvolvendo, acompanhado de uma nova estrutura econômica e um corpo parlamentar, observamos a decadência do mito de Tróia e a ascensão do poder inspirador das origens Germânicas. Em seus escritos, Verstegen, disse que esses antigos germânicos eram grandes, porque: (1) nenhum outro povo ocupou a região que hoje é a Alemanha, (2) eles nunca se misturaram com qualquer outro grupo racial; e (3) que nunca haviam sido conquistados por qualquer outro grupo. Este mito, segundo MacDougall, na maioria das vezes conhecido como Anglo-Saxonismo, tem quatro postulados:

1. Germânicos vem de uma origem pura (sem misturas), tendo a missão universal de civilização e são superiores a todos os outros povos.

2. Os ingleses são de origem germânica; Sua história começa com a chegada de Hengist e Horsa à Ebbsfield, Kent em 449.

3. As instituições políticas e religiosas britânicas são as mais livres do mundo. Este é um legado de seus ancestrais germânicos.

4. Os ingleses representam a genialidade da herança germânica em um grau maior do que qualquer outro descendente e assim carrega com si uma responsabilidade especial de liderança no mundo.<sup>4</sup>

Esta herança germânica foi exaltada por inúmeros historiadores, literatos e líderes políticos de quase todas as nacionalidades europeias. Estes germânicos eram os triunfantes Francos e Burgúndios na França; os Hérulos, Godos ocidentais, Vândalos, e Lombardos na Itália; os Sumérios e os Vândalos em Espanha; e o Anglo-saxão na Inglaterra. A grandeza dos saxões foi expressa por Camden como: "Uma nação guerreira, vitoriosa, feroz, forte, e vigorosa." Esta é mais uma evidência da função da ciência social, a serviço do mito nacional e ambição imperial. É também evidência da autoimagem do europeu como senhor da guerra.

Os saxões arianos (sânscrito: Arya, "nobre") eram um povo "amante da liberdade". Este é talvez o aspecto mais significativo do mito nacional / racial. Supostamente, o povo

---

<sup>3</sup> Hugh A. MacDougall, *Racial Myth in English History*, Harvest House, Montreal, 1982, p. 11

<sup>4</sup> Hugh A. MacDougall, *Racial Myth in English History*, Harvest House, Montreal, 1982, p. 2



germânico amava sua liberdade e nunca se permitiram ser conquistados. Os ingleses, de todos os descendentes dos povos germânicos, tinham a responsabilidade de levar adiante a herança da "liberdade" e a obrigação de compartilhar com os outros através da imposição de suas normas. A ideia de ser automeados “líderes do mundo”, obriga as pessoas de ascendência europeia a “libertar” os outros, partindo da lógica de uma autoimagem vinculada a mitologia dos antigos germânicos, reinterpretado como uma raça "amante da liberdade ". É a partir desta tradição cultural que os conceitos de liberdade e da livre iniciativa, associados ao ocidente e seus valores, nasce.

Muitos dos aspectos da cultura europeia e da sua autoimagem se mostram extremamente "positivos" no sentido de que, em termos da sua própria interpretação de interesse nacionalista, a cultura lhes dá a confiança e otimismo necessário para o apoio de seus objetivos. A autoimagem europeia é funcional. Esta é a função de uma ideologia nacionalista. Mas a definição do nacionalismo europeu e seu ego cultural são tão extremos e tão massivos que a "autoimagem positiva" no contexto da cultura europeia se torna uma presunção monstruosa e arrogante. Ela se baseia na degradação e humilhação de outras pessoas, apoiando a persistência de uma imagem negativa do “outro.”

### **1.2 A imagem do “outro”: uma construção contrária da autoimagem europeia**

A motivação cultural europeia é tal que eles não poderiam sobreviver sem a imagem de um “oposto” a quem eles pudessem representar todos os aspectos que ajudam a manter sua autoimagem "positiva". Se, em termos de seu próprio sistema de crença, eles tivessem que tratar a todos como a si mesmos, eles não poderiam sobreviver como “europeus”. A cultura em si precisa de "nonbrothers", para serem tratados totalmente como objetos, como "outros".

Um dos maiores mecanismos de apoio e que tem fortes influências sobre o desenvolvimento da imagem europeia do “outro” tem sido o pensamento cristão. A visão cristã do "não-europeu" é geralmente atribuída ao "selvagem" que está em busca da "palavra", abandonado para os pecados e os males de uma existência incrédula, afastados dos verdadeiros princípios da moralidade.

Um forte aliado do cristianismo para o desenvolvimento, manutenção e proselitismo desta imagem é a escola antropológica evolucionista, disciplina esta que caiu como uma luva na construção do “outro”, já que seu objeto de estudo era “tudo aquilo que não era europeu”. A definição de "primitivo" ou "selvagem" pelo antropologista, definiu o que era “oposto” ao

“europeu”. Essas interpretações foram essenciais para a ideia de "civilização", um termo pelo qual a cultura europeia e seus valores se apresentam. O primitivo era não crítico, não racional, não científico, descontrolado, imoral, sem religião, e acima de tudo, incapaz de fundar uma "civilização". Deste modo, esses povos estavam em busca de “salvação”.

A contribuição dos antropólogos para a criação da imagem europeia do “outro” veio para caracterizar o outro como culturalmente negativo, como aquele que carece de "civilização" e que representa estágios anteriores da civilização ocidental. Os antropólogos ajudaram a postular uma espécie de relação "criança e adulto" entre europeus e outros povos. Este tema pode ser encontrado no pensamento de quase qualquer teórico social ocidental e por muitas vezes é bastante explícito a relação da cultura do "primitivo" (não europeu) a uma "infância" da cultura europeia, que remete a memória de um estágio no processo de "civilização". Em uma de suas passagens, o historiador americano Harry Elmer Barnes, faz a seguinte caracterização do “primitivo”:

Practically speaking, the primitive mentality is dominated by comparative ignorance, and by a type of attitude we call superstitious, from which the civilized and educated man of today is relatively emancipated. Primitive man also lacks the mental discipline which comes from some training on logic. Consequently, his imagination is more or less unrestrained. He creates and believes in a great number of mythologies. He tries to control nature by magic – that is, by incantations, prayers, rituals, and festivals. Such intellectual advances as civilized man has made have been achieved mainly through release from such naivete (1965, p.41)<sup>5</sup>.

Nesse trecho podemos observar claramente os aspectos da autoimagem europeia, do ego cultural ocidental e como ele é usado para traçar as características do outro, sempre os colocando em uma posição privilegiada na história e tratando seu “oposto” como um objeto de estudo que se encontra numa fase anterior do “homem moderno e civilizado”, que é a fase do apego emocional. A ligação à superstições, segundo interpretação do autor, afasta o outro do “ser racional”, aquele que consegue se desprender do emocional.

A "bem sucedida" autoimagem funcional do europeu depende de uma imagem negativa dos outros e na hipótese da existência de seres inferiores. A supremacia mundial do

---

<sup>5</sup> Tradução livre da citação: Em termos práticos, a mentalidade primitiva é dominada pela ignorância comparativa, e por um tipo de atitude que chamamos supersticioso, a partir do qual o homem civilizado e educado de hoje é relativamente emancipado. O homem primitivo também não tem a disciplina mental que vem de algum treinamento na lógica. Consequentemente, sua imaginação é mais ou menos desenfreada. Ele cria e acredita em um grande número de mitologias. Ele tenta controlar a natureza por magia - ou seja, encantamentos, orações, rituais e festivais. Tais avanços intelectuais como o homem civilizado tem feito ter sido alcançado principalmente através da liberação de tal ingenuidade.

ocidente é parte da definição da ideologia europeia e ajuda a determinar o caráter da imagem do outro para o europeu. Nesta visão de mundo o universo está aí para ser conquistado. É “racional” que os ditos “inferiores” sejam conquistados pelos “superiores”. Desta forma a auto definição e a auto realização europeia se tornou dependente de uma imagem negativa que desumaniza os outros, projetando-se para o mundo como conquistadores e seres supremos.

### **1.3 Raça e racismo: um conceito**

Embora tenha aparecido em algumas pequenas sociedades multiétnicas fisicamente distinguíveis, os conceitos de raça e racismo como um fenômeno ideológico e mitológico em todo o mundo impactando a vida de milhões de pessoas e moldando a estrutura e função do sistema internacional, é uma criação europeia do século XVIII e XIX. A grande maioria dos estudiosos acadêmicos que estudam o termo raça, incluindo filósofos e teóricos de RI, concordam que este termo se entende como uma categoria social.

A alegação de que a raça é (ou deveria ser) uma categoria social, sugere que em algum momento da história as pessoas não viam esse aspecto. A partir desta perspectiva, genealogias sobre 'O que fez o termo raça possível? "São extremamente importantes nos estudos da linha de cor global. Entre os historiadores, o consenso emergente sustenta que raça e racismo são produtos da modernidade europeia / ocidental; a prática de atribuir características do corpo humano em "caráter", começou com os viajantes europeus do século XVII, abrindo caminho para o surgimento posterior da raça como um fator biológico e um problema social. Povos pré-modernos também se envolveram com colonialismo, mas este tipo de colonialismo não resultou em hierarquias raciais. Assim, enquanto os antigos astecas e atenienses eram sexistas, escravagistas e xenófobos em matéria de cidadania, religião e língua, eles provavelmente não eram racistas no sentido comum do termo. Em contraste, europeus da era moderna, cuja expansão imperialista estabeleceu barreiras entre os brancos superiores e os não-brancos inferiores, eram certamente racistas, porque eles intencionalmente organizaram e reorganizaram grupos de pessoas com base em traços físicos variados, tais como a cor da pele , cabelo e nariz.

Em seu trabalho na formação racial nos Estados Unidos, Michael Omi e Howard Winant definiu raça como:

a concept that signifies and symbolizes socio-political conflicts and interests in reference to different types of human bodies. Although the concept of race appeals to biologically based human characteristics (so-called phenotypes), selection of these particular human features for

the purpose of racial signification is always and necessarily a social and historical process (1994, p. 55)<sup>6</sup>.

Em essência, o conceito de raça não é objetivo nem neutro. É um complexo de significados sociais sob constante reconstrução através de processos em que a seleção de características humanas de base biológica são altamente sociais e histórico. Problematicamente, esta definição depende da idéia de que há, de fato, diferenças raciais entre diferentes tipos de corpos. Barnor Hesse (2007; 2011) adverte que essa confiança na corporeidade é insuficiente; a identificação do corpo de raça é uma metonímia privilegiada para uma ideia maior das diferenças construídas entre europeus e não-europeus, intimamente ligada a modernidade e a dominação colonial. Não são apenas a cor da pele e outras características morfológicas inadequadas para delinear diferenças entre raças, mas a sua invocação é fundamentalmente parte da própria construção.

O significado de raça é tanto discursiva como instrumental, existente dentro, através e além do alcance do Estado e a influência da política doméstica. Em essência, o termo raça é mais do que diferenças biológicas ou modos de categorias institucionais. Pelo contrário, ela está englobada nas ideias e ideologias sobre como a sociedade deve funcionar e como ordem social deve ser mantida, estimulado através de práticas e relações de poder muito variadas. Nos últimos 500 anos, o conceito de raça tem sido utilizado como um axioma organizador central entre as sociedades ocidentais modernas. Raça é mais como um poderoso conjunto de ideias ou normas sobre a identidade, diferença e organização de uma sociedade e os seus constituintes. É um produto cognitivo que, no entanto, carrega mutuamente significados ontológicos e consequências materiais. A escravidão, por exemplo, era um sistema econômico fundado sobre o comércio internacional e investimento de capital em escravos como commodities e da super-exploração do trabalho escravo com lucros globais que impulsionaram a revolução industrial. Este sistema também produziu significados sociais que associava a pele escura ao status de escravo (Jordan 1968), ao mesmo tempo que a branca emerge, pela primeira vez, como uma identidade legal homogeneizada na primeira lei de miscigenação codificada em 1691 (Smedley 2007, 118). Em outras palavras, a ideia de raça tem dimensões materiais, substantivas e estruturais.

---

<sup>6</sup> Tradução livre da citação: um conceito que significa e simboliza conflitos e interesses sócio-políticos em referência a diferentes tipos de corpos humanos. Embora o conceito enaltece características biológicas humanas (os chamados fenótipos), a seleção desses recursos humanos específicos para o propósito da significação racial é sempre e necessariamente um processo social e histórico.

Deste modo, o racismo surge como um conjunto de teorias e crenças que estabelecem uma hierarquia entre as raças, institucionalizando essas práticas através da “racialização” do sistema que, se refere a um processo social e político pelo qual raça é inscrita e projetada sobre o corpo humano. O filósofo Sally Haslanger forneceu a definição mais precisa do termo:

A group is racialized (in context C) if and only if (by definition) its members are (or would be) socially positioned as subordinate or privileged along some dimension (economic, political, legal, social, etc.) (in C), and the group is ‘marked’ as a target for this treatment by observed or imagined bodily features presumed to be evidence of ancestral links to a certain geographical region (2008, p. 65)<sup>7</sup>.

Incorporado na definição de Haslanger está a noção de poder foucaultiano, bem como, segundo a qual o próprio processo pelo qual a raça é inscrita e projetada sobre o corpo humano constitui um exercício de poder, ao invés de um reflexo de alguma hierarquia social pré-existente. Foucault, teoriza a raça como um importante mecanismo de classificação na subjugação sistemática de corpos que constituiu o que chamou a biopolítica da modernidade política.

Observamos assim que o termo raça é uma construção social que surge de forma estrutural hierárquica na era moderna, com o intuito de institucionalizar a supremacia branca tanto no cenário doméstico quanto no internacional, “racionalizando” o sistema de tal forma que atrelados a certas características e comportamentos ditos como biológicos formam uma relação de poder entre membros de uma sociedade, estratificando-a. Este tipo de estrutura permite com que com brancos se imponham e mais uma vez decidam de que forma os povos não brancos vão ser administrados.

---

<sup>7</sup> Tradução livre da citação: Um grupo é racializado (no contexto C) se e somente se (por definição) seus membros são (ou serão) socialmente posicionados como subordinados ou privilegiados junto alguma dimensão (econômica, política, jurídica, social, etc.) (em C) , e o grupo é 'marcado' como um alvo para este tratamento por características físicas observáveis presumindo ser evidência de ligações ancestrais para uma determinada região geográfica.

## **CAPÍTULO 2 - RAÇA E RACISMO: UMA VISÃO INTERNACIONAL**

O termo raça nasceu no cenário transnacional, sendo criado para ter centralidade nos discursos que envolvem modernidade, imperialismo e capitalismo. O conceito de raça está ligado aos principais movimentos transnacionais da era moderna, como o tráfico de escravos, abolicionismo, darwinismo social, a eugenia, o sufrágio, o keynesianismo, os direitos humanos, o movimento antiapartheid e a nova política de terrorismo do século XXI.

Impulsos raciais são simultaneamente local e global, assumindo apenas uma característica específica nesses dois âmbitos. A importância do termo raça além das fronteiras nacionais tem sido talvez a manifestação mais evidente de uma relação inter-racial no cenário internacional. Isto é percebido desde a construção de uma identidade europeia que se une em um elo comum para dominar os povos negros, amarelos e vermelhos do mundo.

Em seu artigo "Hidden in plain sight: racism in international relations theory" o autor Errol A Henderson, argumenta que a teleologia evolutiva da supremacia branca propiciou as políticas internas e externas dos principais países ocidentais e racionalizou as suas políticas de dominação branca, simbolizadas na escravidão, no imperialismo, na colonização e no genocídio. Nessa concepção, como já vimos, os brancos se viam como os escolhidos por Deus e biologicamente distintos dos não brancos. Os europeus acreditavam ser os civilizados, enquanto os não europeus se encontravam num estágio inferior de desenvolvimento caracterizado pela barbárie e selvageria. Além disso, assumiu-se que, a fim de subir a escada evolutiva para alcançar a civilização, não-brancos teriam que ser tutelados pelos brancos, que assumiam pra si o que chamamos de "white man's burden" ("obrigação do homem branco") que tinha como propósito levar a civilização para que as "raças inferiores" pudessem se salvar de sua barbárie. As "raças inferiores" eram consideradas não só biologicamente inferiores aos brancos, mas também se encontravam em um estado de conflito quase perpétuo. Portanto, a "missão civilizadora" poderia ser imposta pela força. Esta orientação forneceu uma justificativa intelectual para justificar estas perseguições.

Visto a hierarquia racial guiada pela política internacional dos Estados predominantemente brancos na sua interação com outros sistemas políticos, podemos dizer que as Relações Internacionais da época poderia ser mais considerada como "Relações Inter-raciais" (Du Bois 1915; Lauren de 1988). Assim, não é surpreendente que os primeiros trabalhos que deram origem ao campo acadêmico moderno de RI tem sua pauta focada diretamente na raça como seu eixo principal de pesquisa. Por isso, é vital entender o papel

fundamental que a diferença racial, em especial, a superioridade das raças "brancas", desempenhou na formação do passado, presente e futuro.

Conceitos raciais foram implantados como parte do repertório intelectual da ciência social, para ordenar, classificar e julgar o mundo. Normalmente, classificação racial estava ligada a noções de civilização, bifurcando o mundo em "avançado" e "primitivo", com o intuito de administrar o último, visando sempre o "progresso" e a "civilização". Nas últimas duas décadas e, em particular, sob a influência da teoria pós-colonialista, os estudiosos começaram a elucidar as maneiras pelas quais construções predominantes de raça moldaram visões e práticas da política internacional, contribuindo assim para sustentar e reproduzir uma profunda e injusta ordem global estratificada. Randolph Persaud e RBJ Walker sugerem que os discursos raciais têm sido fundamentais para as estruturas modernas em pelo menos quatro pontos: 1) divisão binária do mundo, em civilizado / não civilizado; 2) moldar a composição espacial e demográfica do mundo; 3) fornecer a base do sistema econômico de exploração; 4) constituir as relações sociais em escala global (2001, 374- 376).

A política do colonialismo, da escravidão, das políticas imigratórias baseadas em raça, o regulamento racial da vida pública e privada, a estratificação socioeconômica atrelado a linhas raciais, leis anti-discriminação e debates contemporâneos sobre o multiculturalismo, integração e cidadania são comumente associado a política interna dos Estados soberanos. A supremacia branca como uma instituição global e o racismo como uma estrutura social são obscurecidos pela dominância positivista, pelo foco no empirismo nas Relações Internacionais e pela necessidade de estabelecer causalidade na Política Comparada. Como resultado, o racismo é reduzido a atos ou atitudes individualistas abomináveis.

Como se pode observar, tanto as Relações Internacionais, quanto a Política Comparada sofrem do mesmo mal: afasia racial. Afasia não pode ser considerada o mesmo que amnésia, que indica uma infeliz série de eventos que levaram a um esquecimento não intencional de como o sistema mundial moderno foi fundado em cima de uma ordem racial hierárquica. Amnesia nega a intenção. Afasia, por outro lado, indica um esquecimento calculado, uma obstrução do discurso, linguagem e fala. Ann Laura Stoler argumenta que a afasia colonial da França é "um desmembramento, a dificuldade em falar, dificuldade gerar um vocabulário que associe palavras e conceitos adequados com coisas adequadas", essa dificuldade, não necessariamente se caracteriza como uma incapacidade (2011, p.125). Reconhecer a realidade da afasia racial liga nossos passados racistas ao presente ainda racista,

ligado por um silêncio coletivo, tanto quanto pela persistência de opressão, dominação e desigualdade.

Segundo W.E.B. Du Bois, a estratificação do poder no sistema internacional pode ser analisado pelo o que ele chama de “color line” que traça uma linha onde os Estados brancos detém a maior parte do controle internacional, seguidos pelos amarelos e por último os negros, mantendo vestígios e reencarnações de hierarquias imperiais.

Para entendermos melhor a funcionalidade de raça e racismo nas Relações internacionais, partiremos para os aspectos fundantes dessa disciplina, caracterizado pela formação do Estado soberano através do contrato social elencado pelas principais linhas de pensamentos, o realismo e o liberalismo, e também analisaremos o termo “anarquia internacional”, dando a estes uma visão racial do sistema.

### **2.1 O contrato racial como base do contrato social**

O conceito de anarquia na teoria de RI deriva das ideias de teóricos contratualistas, como Hobbes, Locke, Rousseau e Kant, cuja caracterização do estado de natureza, foi adotada pelos teóricos de RI para conceituar o sistema global. Porém Charles Mills (1997) insiste que o contrato social que é o foco de cada um desses teóricos é incorporado em um "contrato racial" mais amplo.

Segundo esses contratualistas os homens viviam em um “estado de natureza” que era caracterizado pela ausência de poder e de organização, que somente surgiriam depois de um pacto firmado por eles, estabelecendo as regras de convívio social e de subordinação política, conhecido como contrato social.

Para o teórico Hobbes, o homem natural não é um selvagem. É o mesmo homem – europeu – que vive em sociedade. Segundo o autor podemos encontrar três causas principais de discórdia entre os homens. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória.

A primeira leva os homens a atacar os outros tendo em vista o lucro, usando a violência para se tornarem senhores das pessoas, mulheres, filhos e rebanhos de outros homens; a segunda, a segurança para defendê-los de ameaças; e a terceira a reputação, ninharias, como uma palavra, um sorriso, uma diferença de opinião, e qualquer outro sinal de desprezo, que ser diretamente dirigido a sua pessoa, quer indiretamente a seus parentes, seus amigos, sua nação, sua profissão ou seu nome. Com isso, os homens nesse estado de natureza



se encontram numa situação de guerra de todos os homens contra todos os homens. Pois a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalhas é eminente.

Assim, o direito natural (*jus naturale*) fora proveitoso aos homens primitivos até certo limite: até o ponto em que eles, utilizando-se da razão, perceberam que, ao mesmo tempo em que tinham poder sobre tudo e podiam desfrutar da liberdade segundo a sua própria vontade egoística, em verdade não detinham nada por direito legítimo, e contavam apenas com a sorte e a astúcia para a manutenção de sua vida e de seus bens. Além disso, a constante insegurança e o receio de ataque por outro mais forte tiveram maior peso ao considerar tais situações. A razão levou os homens a concluir que viver em comunidade é mais favorável ao seu próprio desenvolvimento e à acumulação de bens. Quando vigora o estado de natureza, cada qual é juiz de si mesmo e não há nada que confira segurança ao sujeito e não há nenhuma lei que lhe garanta o direito de propriedade. Do mesmo modo que não havia impedimento de um homem fazer mal a outrem, também não havia nada que lhe assegurasse que algum mal não lhe seria feito.

Nesse contexto, surge o contrato social, que para Hobbes é caracterizado pela abdicação por parte dos homens a seus direitos ilimitados, entregando estes nas mãos de um monarca absoluto ou de uma Assembléia, autorizando que todos os atos e decisões que partam destes reflitam os atos e decisões de todos.

Mills argumenta que de um lado as afirmações de Hobbes pode parecer 'não racista "e" igualmente aplicável a todos"', no entanto, ele nos pede para considerar a opinião de Hobbes exposta no capítulo XIII do livro *Leviathan*, '*there was never such a time, nor condition of warre as this*', (Mills 1997, 64- 65). No entanto, Hobbes afirma que '*there are many places, where they live so now, for example the savage people in many places of America*' (Mills 1997, 64- 65).

Mills acredita que a afirmação de Hobbes é irônica na medida em que '*a nonwhite people, indeed the very nonwhite people upon whose land his fellow Europeans were then encroaching, is his only real-life example of people in a state of nature*' (1997, 65).

Mills afirma que há uma lógica racial tácita no texto: o estado literal da natureza está reservada para os não-brancos; para os brancos o estado de natureza é hipotético (1997,

65- 66). Assim Mills conclui que, há um conjunto de pressupostos para brancos e outra para os não-brancos. Mills afirma que para Hobbes,

the conflict between whites is the conflict between those with sovereigns, that is, those who are already (and have always been) in society. From this conflict, one can extrapolate ... to what might happen in the absence of a ruling sovereign. But really we know that whites are too rational to allow this to happen to them. So the most notorious state of nature in the contractarian literature—the bestial war of all against all—is really a nonwhite figure, a racial object lesson for the more rational whites, whose superior grasp of natural law (here in its prudential rather than altruistic version) will enable them to take the necessary steps to avoid it and not to behave as ‘savages’ (Mills 1997, 66)<sup>8</sup>.

Diferentemente de Hobbes, o teórico liberal John Locke acreditava que em seu estado de natureza, os homens viviam originalmente num estágio pré-social ou pré-político, caracterizado pela mais perfeita liberdade e igualdade. O estado de natureza, segundo Locke, era uma situação real e historicamente determinada pela qual passara, ainda que em épocas diversas, a maior parte da humanidade e na qual se encontravam ainda alguns povos, citando as tribos norte-americanas assim como Hobbes. Esse estado de natureza diferia do estado de guerra hobbesiano, por ser um estado de relativa paz, concórdia e harmonia, pois, para o teórico, os homens já eram dotados de razão e desfrutavam da propriedade que, designava simultaneamente a vida, a liberdade e os bens como direitos naturais do ser humano. O homem era naturalmente livre e proprietário de sua pessoa e de seu trabalho.

Locke acreditava que ao incorporar seu trabalho à matéria bruta que se encontrava em estado natural o homem tornava-a sua propriedade privada, estabelecendo sobre ela um direito próprio do qual estavam excluídos todos os outros homens. O trabalho era, pois, na concepção de Locke, o fundamento originário da propriedade. Depois, o aparecimento do dinheiro alterou essa situação, possibilitando o comércio e também uma nova forma de aquisição da propriedade, que, além do trabalho, poderia ser adquirida pela compra. O uso da moeda levou à concentração da riqueza e à distribuição desigual dos bens entre os homens. Essa situação

---

<sup>8</sup> Tradução livre da citação: O conflito entre brancos é o conflito entre aqueles soberanos, isto é, aqueles que já são (e sempre estiveram) na sociedade. A partir deste conflito, pode-se extrapolar ... para o que pode acontecer na ausência de um soberano. Mas realmente sabemos que os brancos são demasiado racional para permitir que isso aconteça a eles. Assim, o estado mais notório da natureza na literatura-guerra bestial contratualista de todos contra todos, é realmente uma figura não-branca, uma lição racial para os brancos mais racionais, cujo alcance superior de direito natural (aqui em sua prudencial, em vez de altruísta versão) vai permitir-lhes tomar as medidas necessárias para evitá-lo e não se comportar como "selvagens"

coloca os indivíduos em estado de guerra uns contra os outros e, por conseguinte os leva a se unirem e estabelecerem livremente entre si o contrato social.

Desta forma é criado um corpo político único, dotado de legislação, de judicatura e da força concentrada da comunidade. Seu objetivo principal é a preservação da propriedade e a proteção da sociedade tanto dos perigos internos quanto das invasões estrangeiras.

Para Mills (1997, 67), o estado de natureza de Locke é "moralizado" e "normativamente regulado por uma lei tradicional natural" onde tanto a propriedade privada e o dinheiro existe. Ele observa o famoso argumento de Locke que diz "God gave the earth to the use of the industrious and rational", cujas qualidades eram indicadas pelo trabalho do homem. Assim, enquanto os ingleses trabalhadores e racionais se esforçavam na Inglaterra, nos Estados Unidos, por outro lado, foram encontradas florestas e terras não cultivadas deixadas para a natureza pelos índios preguiçosos (1997, 67). Na falha de agregar valor à terra através da produção "industrial e racional", os nativos americanos perderam o seu direito de propriedade da terra, deixando seus territórios normativamente abertos para aqueles que há muito tempo haviam deixado seu estado de natureza (os europeus). Desta forma, Locke forneceu uma racionalização normativa para a "conquista da civilização branca na América", bem como em "outros estados colonos brancos" (1997, 67).

O dualismo de Locke é aplicável a escravidão também. Mills observa que em seu livro *Second Treatise of Government*, Locke defende a escravidão resultante de uma guerra justa, por exemplo, uma guerra defensiva contra a agressão. Locke se opõe explicitamente a escravidão hereditária e a escravização de mulheres e crianças, porém o mesmo tinha investimentos na companhia de mercado escravo *Real Africa Company* e também participou na constituição escravagista da Carolina. Com isso, Mills conclui que:

one could argue that the Racial Contract manifests itself here in an astonishing inconsistency, which could be resolved by the supposition that Locke saw blacks as not fully human and thus as subject to a different set of normative rules. Or perhaps the same Lockean moral logic that covered Native Americans can be extended to blacks also. They weren't appropriating their home continent of Africa; they're not rational; they can be enslaved' (1997, pp. 67–68)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Tradução livre da citação: Pode-se argumentar que o Contrato Racial manifesta-se aqui em uma inconsistência surpreendente, o que poderia ser resolvido pela suposição de que Locke viu os negros como não plenamente humanos e, portanto, como sujeito a um conjunto diferente de regras normativas. Ou talvez a mesma lógica moral que cobria nativos americanos pode ser estendido para os negros também. Eles não estavam se apropriando do continente africano; eles não são racionais; eles podem ser escravizados '

Quando se trata de Rousseau, Mills afirma que sua conceptualização parece ainda menos racializada do que Hobbes ou Locke dado que sua teoria gira em torno do "nobre selvagem". Em seu discurso sobre a desigualdade, Rousseau parece deixar claro que todos, independentemente de raça, estiveram no estado de natureza (e, portanto, tenha sido "selvagem"); no entanto, Mills ressalta que uma leitura mais cuidadosa do texto revela, mais uma vez, distinções raciais cruciais. O ponto principal de Mills é que,

the only natural savages cited are nonwhite savages, examples of European savages being restricted to reports of feral children raised by wolves and bears, child-rearing practices (we are told) comparable to those of Hottentots and Caribs. (Europeans are so intrinsically civilized that it takes upbringing by animals to turn them into savages (1997, p. 68)<sup>10</sup>.

Ele acrescenta que para a Europa, a selvageria está no passado obscuro e distante, uma vez que a Europa tinha desenvolvido expertise em metalurgia e agricultura, que segundo Rousseau, ascendeu a civilização europeia sobre as outras regiões. Mas Rousseau', Mills indaga,

was writing more than two hundred years after the European encounter with the great Aztec and Inca empires; wasn't there at least a little metallurgy and agriculture in evidence there? Apparently not: "Both metallurgy and agriculture were unknown to the savages of America, who have always therefore remained savages (1997, p. 69)<sup>11</sup>.

O pensamento de Rousseau, mesmo que inicialmente possa parecer ser guiado por um determinismo natural mais aberto, abrindo porta para uma igualdade racial ao invés de uma hierarquia racial, se desdobra em um amnésia histórica massiva e deturpação factual, impulsionado pelo pressuposto do Contrato Racial (1997, 69). O principal argumento de Mills é

---

<sup>10</sup> Tradução livre da citação: os únicos selvagens naturais citados são selvagens não-brancos, exemplos de selvagens europeus sendo restrita a relatos de crianças selvagens criadas por lobos e ursos, práticas de criação dos filhos (nos dizem) comparáveis aos dos hotentotes e Caraíbas. Os europeus estão tão intrinsecamente civilizados que é preciso serem criados por animais para se transformarem em selvagens

<sup>11</sup> Tradução livre da citação: Estava escrevendo há mais de duzentos anos após o encontro europeu com os grandes impérios Asteca e Inca; não estava lá, pelo menos, um pouco de metalurgia e agricultura em evidência? Aparentemente, não: "Tanto metalurgia e agricultura eram desconhecidos para os selvagens da América, que sempre, portanto, permaneceram selvagens.

even if some of Rousseau's nonwhite savages are "noble," physically and psychologically healthier than the Europeans of the degraded and corrupt society produced by the real-life bogus contract, they are still savages. So they are primitive beings who are not actually part of civil society, barely raised above animals, without language' (1997, p. 60)<sup>12</sup>.

Portanto, o enaltecimento de Rousseau para os "selvagens não-brancos" é um elogio paternalista limitado, equivalente a admiração por animais saudáveis, em nenhum momento sugere uma igualdade para o europeu civilizado. A dicotomização racial subjacente e hierarquia de civilizado e selvagem permanece bastante clara.

O dualismo racista contido nas teses dos teóricos de contrato social traça o discurso sobre a anarquia nas Relações Internacionais, baseando-se nas concepções do estado de natureza. Mills alega que de todos os teóricos citados, o contrato social de Kant é, de certa forma a melhor ilustração do contrato racial e sua centralidade nas teses de contrato social quando se trata das teorias de RI. Com base na obra de Emmanuel Eze, que traça as alegações racistas implícita e explícita nos escritos de Kant, ele argumenta que a visão ortodoxa de Kant como o pai da filosofia ética é "radicalmente enganosa", de tal forma que a conceito de natureza humana e contrato proposto por Kant, deveria ser repensado. Esta conceptualização agrupa os principais argumentos teóricos, partindo de suas noções do estado de natureza até seu conceito de "paz republicana". Para Kant,

so fundamental is the difference between these two races of man (Whites and Negroes), and it appears to be as great in regard to mental capacities as in color (1960, p. 111)<sup>13</sup>.

Segundo Eze (1995), Kant acreditava que o "talento" era um ingrediente natural essencial para qualificar um desempenho racional e moral superior, e que este talento foi desigualmente distribuído entre raças, onde os brancos possuíam a maior parte dessa "aptidão" em relação aos negros (Eze 1995, 227 ). Em seu livro *Anthropology from a pragmatic point of view*, Kant argumenta que os brancos ocupam a posição mais alta em sua "ordem racional e moral racial", seguido pelo amarelo, o negro, e por último o vermelho. Portanto, não pode-se argumentar que a cor da pele para Kant era apenas uma característica

---

<sup>12</sup> Tradução livre da citação: mesmo que alguns dos selvagens não-brancos de Rousseau sejam "nobres", fisicamente e psicologicamente mais saudáveis do que os europeus da sociedade degradada e corrupta produzido pelo contrato falso da vida real, eles ainda são selvagens. Então, eles são seres primitivos que não são realmente parte da sociedade civil, um pouco acima dos animais, sem língua.

<sup>13</sup> Tradução livre da citação: tão fundamental é a diferença entre essas duas raças de homens (brancos e negros), e parece ser tão grande em relação às capacidades mentais como na cor

física. Era bastante evidente que existia uma qualidade moral hierárquica e inalterável. Mills afirma que,

in complete opposition to the image of his work that has come down to us and is standardly taught in introductory ethics courses, full personhood for Kant is actually dependent on race (1997, p. 71)<sup>14</sup>.

A releitura feita acima a cerca do contrato social partindo das interpretações dos principais contratualistas presentes nas teorias de RI nos revela e reforçam o papel central que a raça possui no âmbito dos estudos internacionais, expondo uma grande dicotomia que reafirma a identidade europeia sobre todos os outros povos, seguindo uma linha de cor. A noção de contrato social surge mais uma vez para delimitar uma escala de poder, que atribui e reconhece uma condição superior para as raças brancas, que criam um estado de natureza que se apresenta bem longe da civilização europeia, chegando a ser até hipotético. Ao mesmo tempo vemos esse conceito sendo utilizado para caracterizar populações "primitivas" que ainda não chegaram a um contrato social, dando estes, espaço para que os homens brancos cumpram seu papel de "tutor do mundo", como vimos no exemplo dos ingleses e os "índios preguiçosos". Mills acredita que o racismo está no núcleo do contrato social. O contrato racial é um acordo implícito - e às vezes explícito - entre os povos europeus para afirmar, promover e manter o ideal da supremacia branca contra todos os outros povos do mundo.

No próximo tópico iremos analisar as questões de anarquia internacional e como esta se mostra ligada as questões de raça e os ditos estágios “primitivos” de algumas sociedades, as colocando num perpetuo estado de caos que precisa ser remediado e tutelado pelas grandes potências – brancas – ocidentais.

## **2.2 Anarquia e política internacional**

A conceituação racista de anarquia se tornou a peça central dos principais paradigmas das Relações Internacionais, estando contido no realismo, no liberalismo/idealismo e em seu desdobramento recente, o construtivismo. Hoje, o realismo é o paradigma dominante na política internacional; ou, mais especificamente, o neorealismo, que se debruça sobre a revisão do realismo tradicional de Schuman e Morgenthau.

O Neorealismo afirma que o sistema internacional é anárquico e que os Estados são os atores dominantes. A estrutura anárquica do sistema exige uma orientação de autoajuda

---

<sup>14</sup> Tradução livre da citação: em completa oposição à imagem de seu trabalho que chegou até nós e é tradicionalmente ensinada em cursos de ética introdutórios, o conceito de pessoa para Kant é realmente dependente da raça

entre os Estados, isso porque devido a ausência de uma autoridade acima deles, estados individuais devem garantir a sua própria segurança. Em tal sistema, a segurança é o objetivo básico de todos os Estados e o poder é essencial para alcançar os objetivos do Estado. Realistas argumentam que os Estados procuram maximizar seu poder para garantir a sua segurança, porém o dilema de segurança garante que, a busca de cada Estado por sua própria segurança conduz em última análise, a uma grande insegurança internacional. Neste caso, a balança de poder tornar-se essencial neste sistema global onde o poder – principalmente o poder militar - é o árbitro final em conflitos de interesse.

Assim como no realismo, a corrente liberalista acredita que o sistema internacional é anárquico podendo levar a dilemas de segurança, balança de poder e até mesmo a guerra, porém eles não aceitam que estes resultados são inevitáveis das interações interestatais. Baseados nas crenças iluministas de perfectibilidade do indivíduo, neologismo criado por Rousseau para exprimir a capacidade que o homem possui de aperfeiçoar-se, os liberalistas transferiram sua visão de política doméstica para o domínio internacional e argumentaram que conflitos e guerras eram em grande parte resultado de "más" instituições, como por exemplo os regimes autoritários. Nesta visão, regimes democráticos que facilitam o comércio internacional e incentivam as instituições e cooperações internacionais, diminuiriam a instabilidade da anarquia, permitindo assim que os Estados superassem o dilema de segurança. Acredita-se política externa é um reflexo da política interna de tal forma que os estados que são pacíficos domesticamente - por exemplo, as democracias - são mais propensos a ser pacíficos no exterior e aqueles que são mais violentos domesticamente - por exemplo, autocracias - são mais propensos a ser violentos no exterior.

Como podemos observar, questões de anarquia e poder estão no centro das Relações Internacionais desde seu nascimento. No entanto, esse conceito de anarquia foi atribuído na maioria das vezes como inerente aos sistemas políticos "primitivos", sistemas políticos esses associados aos territórios dos povos ditos como "inferiores", que atualmente conhecemos como "terceiro mundo". Ao mesmo tempo, o poder relevante era aquele exercido pelos brancos "civilizados" através de seus Estados "modernos". O mecanismo de administração colonial "racional" e "eficiente", apoiado por muitos teóricos clássicos de RI, garantia que a "anarquia" não se espalhasse para o mundo "moderno" e culminasse em conflito entre as grandes potências brancas. Assim, as preocupações entre os realistas e idealistas com a anarquia se baseiam em um discurso racista que se preocupa com as obrigações dos povos superiores para impor a ordem sobre os domínios anárquicos de povos inferiores, a fim de

evitar o caos, tido como endêmico. Da mesma forma, a questão de poder contido nas teorias realista e liberalista foi fundamentada em um discurso racista amplamente interessado no controle dos brancos sobre os trópicos, no submetimento dos nativos que ali habitavam, no saqueamento de seus recursos e na dominação através da administração colonial. Dado a importância do "progresso", do "desenvolvimento" e da visão de que as terras intocadas não estavam sendo suficientemente exploradas pelos povos indígenas, realistas e idealistas concordaram que o incentivo para a conquista imperialista poderia levar a um conflito entre os brancos, portanto, uma distribuição racional do território e da sua administração apropriada por agências coloniais se fez necessário.

Em seu livro *Tropical anarchy: Waltz, Wendt, and the way we imagine international politics*, Aaron Sampson nota que mesmo depois de a disciplina de antropologia ter questionado a noção ambígua e inconsistente de "sociedade primitiva", o campo de RI continua reciclando esse termo construído a quase um século atrás. O autor explica que,

In early anthropology and social theory, primitive systems are portrayed as decentralized, disorganized, and anarchic; modern ones are centralized, well organized, and hierarchic. Primitive societies are simple, traditional, uncivilized, premodern, and functionally undifferentiated; they resemble nonvertebrates like “polyps” or, if they are slightly segmented, “earthworms.” Modern societies, on the other hand, are complex, advanced, civilized, and functionally differentiated; they have skeletons, central nervous systems, discrete organs, and heads with the capacity to think and act rationally (unlike primitive societies, where actions are products of passionate reflexes). Primitive peoples are described as devoid of individuality, remarkable only through their homogeneity (2002, p. 431)<sup>15</sup>.

Sampson afirma que é perigoso aplicar supostas “sociedades primitivas” como meio de análise, visto que segundo estudos antropológicos, sociedades e sistemas primitivos não são mais utilizados como uma categoria de classificação. Esse conceito leva a crer que somente países ocidentais possuem a capacidade de transferir para o terceiro mundo as habilidades que levam a uma evolução social superior, que os tiraria de sua atual condição.

---

<sup>15</sup> Tradução livre da citação: Na antropologia e teoria social recente, os sistemas primitivos são retratados como descentralizado, desorganizado e anárquico; os modernos são centralizado, bem organizado e hierárquico. As sociedades primitivas são simples, tradicional, incivilizado, pré-moderna, e funcionalmente indiferenciada; assemelham-se a não vertebrados como "pólipos" ou; se eles estão um pouco segmentado ". minhocas" As sociedades modernas, por outro lado, são complexas, avançado e civilizado, e funcionalmente diferenciada; eles têm esqueletos, sistema nervoso central, órgãos distintos, e as cabeças com a capacidade de pensar e agir racionalmente (ao contrário de sociedades primitivas, onde as ações são produtos de reflexos apaixonados). Os povos primitivos são descritos como desprovido de individualidade, notável apenas através de sua homogeneidade.



Assim, a obrigação para uma transformação estrutural, a responsabilidade de ensinar o “progresso”, caem sobre os ombros das grandes potências.

Desta forma, entendemos que assim como vimos no conceito de contrato social, podemos observar o conceito de anarquia sendo aplicado sempre de uma visão europeia para o outro, sendo este outro quase sempre interpretado como um agente primitivo que poderia ameaçar o sistema internacional com sua perturbação e suas instituições fracas. Nessa concepção, os países europeus incumbidos de seus valores de agentes superiores e racionais justificam sua imposição de poder sobre os outros países através da administração colonial a partir do século XV nas Américas e com a Conferência de Berlim, em 1884, no continente africano.

Na atualidade ainda podemos observar grande parte dessas características e tipificações empregadas nos Estados, assim como o direito de intervir em conflitos internos, que hoje fica a cargo das grandes potências que ocupam as cadeiras permanentes no Conselho de Segurança da ONU. Arelado a esses fatores está a globalização, que carrega um antigo discurso de “progresso” e “modernidade”, incumbido dos mesmos valores de dominação e supremacia branca. Mas, deixemos esse assunto para o próximo capítulo.

### CAPÍTULO 3 - O PROGRESSO COMO UMA IDEOLOGIA IMPERIALISTA OCIDENTAL

A ideia de progresso tem sido uma ferramenta poderosa nas mãos dos europeus. Ela contribuiu para a formação da organização social, fornecendo o substrato ideológico dos quais a ordem técnica opressiva foi criada. Para Marimba (1994), no contexto da cultura europeia, é difícil de discutir a natureza paroquial e o significado ideológico da ideia de progresso. O "progresso", força na qual os europeus acreditam estar sempre se "locomovendo" não é algo concreto ou alcançável de fato. Na verdade, tal atração se encontra no imaginário europeu pelo simples fato de que este – o progresso – foi ideologicamente construído para encorajar o crescimento de uma ordem técnica, justificando o imperialismo cultural e político.

A autora argumenta que os europeus são expansionistas. Para os europeus, o universo representa um espaço físico real onde eles podem se impor. Neste sentido, a noção europeia de movimento não é de lugar para lugar, eles não são mais nômades, não é um deslocamento, mas sim uma extensão. Como o historiador americano Charles A. Beard observa, "It contains within itself the germs of indefinite expansion"<sup>16</sup>. O que isso significa é que não há limite fixo para mudar, não há limite para além do qual a expansão do "nosso" impulso não possa ir, "nós" - europeus - somos moralmente obrigados a se mover/expandir continuamente. Esta é a natureza do "progresso". É um estado de espírito - não de otimismo – mas sim de arrogância, superioridade, poder e exploração. A ideia de progresso é uma diretiva do comportamento europeu, um determinante da atitude, um dispositivo pelo qual os europeus jogam e impõem esses pensamentos sobre os outros. É a ideia de progresso que ajuda a garantir que os compromissos e valores europeus não mudarão, sempre permanecendo dentro da mesma modalidade.

Analisando o conceito de "ideal" dentro do contexto ocidental, percebemos que este se apresenta mais como um compromisso metodológico do que uma teoria histórica. É um processo, um modo operacional. Esta ideia está ligado ao "racionalismo", não um eufórico ou glorioso estado de perfeição no futuro. Apenas em Marx podemos observar esse tipo de conotação. Na verdade, a sua viabilidade contradiz a possibilidade de tal estado. Seu espírito está muito mais próximo de uma áurea de "sobrevivência do mais apto". Sempre existe progresso a ser feito, sempre existirá um modo de atacar um problema "racionalmente". Em vez da presunção de um estado perfeito a ser alcançado, observamos a presunção de

---

<sup>16</sup> Introdução de Charles A. Beard para J. B. Bury, *The Idea of Progress*, Dover, New York, 1955, p. xxviii

"problemas" intermináveis, sempre tensão. Isso pressupõe a desarmonia e o desequilíbrio. É a resolução do problema da maneira mais "racional" que é o progresso. Seu impulso para o exterior em relação a outras culturas é fazer com que o caminho "racional" - o caminho europeu - seja o melhor. A autora Marimba argumenta,

One never reaches "progress"; one makes "progress", and in the European view, there is always more of it to be made. This supports the ego that must extend its domain indefinitely...(1994, p. 493)<sup>17</sup>.

Temos dito que a autoimagem europeia requer um outro "inferior" à qual ela possa se relacionar como "superior". Marimba explica que a ideia de progresso ajuda a explicar aos europeus porque eles são superiores. Os ocidentais acreditam, e são capazes de fazer os outros acreditarem, que uma vez que eles representam a força mais "progressista" em qualquer contexto temporal, eles são mais "humanos", portanto melhores, os outros povos no mundo representam diferentes graus de inferioridade. Este pensamento característico europeu já é observável na Europa arcaica. Na comparação dos romanos com outras pessoas, Aristides alegou não só que eles são melhores do que os seus contemporâneos, mas que eles são melhores do que qualquer coisa que os precederam:

Hence the inferiority of those who lived in former times appears because the past is so much surpassed, not only in the element at the head of the empire, but also in cases where identical groups have been ruled by others and by you [Rome] ( 1958, p. 40)<sup>18</sup>.

A forma como a ideia é colocado firmemente a serviço do imperialismo cultural europeu é que o "presente superior" torna-se algo mais do que simplesmente o que está ocorrendo ou existe agora. O que é "progressista" ou "moderno" é o modelo adequado para o que deveria existir no presente. Portanto, as formas existentes que não estejam em conformidade com o modelo de "progressista" não fazem parte do "presente". Eles estão desatualizados. Desta forma, a cultura, no vernáculo do nacionalismo cultural europeu, é feita para ser superior não só ao que o precede, mas também à coexistência de culturas "não progressistas". Em outras palavras, a ideia de progresso fornece uma escala onde se pode medir as pessoas através de suas culturas, suas criações de grupo. A autora observa,

---

<sup>17</sup> Tradução livre da citação: Nunca se alcança o "progresso"; se faz "progresso", e na perspectiva europeia, há sempre mais para ser feito. Isto suporta o ego que deve estender seu domínio indefinidamente.

<sup>18</sup> Tradução livre da citação: Daí a inferioridade daqueles que viveram em épocas anteriores aparece porque o passado é muito ultrapassado, não só no elemento na cabeça do império, mas também nos casos em que grupos idênticos foram governados por outros e por você [Roma]

The European utamaroho<sup>19</sup> requires a self-image of not merely superiority but supremacy, and the "idea of progress" makes Europeans supreme among humans. It is superiority placed into the dimension of lineal time and then the logic of lineal time placed into a timeless dimension. Without the idea and this conceptual sleight of hand, cultures would merely be different; European culture would merely be intensely and obsessively rational; with the assumption of the idea of progress Europe becomes "better". In the ways indicated, then, the idea of progress supports the expansionism and supremism inherent in the European utamaroho (1994, p. 494)<sup>20</sup>.

Marimba Ani acredita que a ideia de progresso é uma "filosofia da mudança" e, como tal, tende a apoiar qualquer inovação, algo novo. Onde quer que esta força nos leva esta é, por definição, "boa". A ideia de progresso transforma o que é meramente uma mudança em movimento dirigido. Os participantes da cultura europeia percebem as mudanças desta forma. Continuamente influenciados pela tecnologia, lhes são fornecidos placas de sinalização diretivas e uma ordem padrão que no final os leva a um movimento sem direção. A tecnologia fornece um modelo de eficiência, um modelo que coincide com a "filosofia da mudança" mais perfeitamente que qualquer outro modelo imaginável. Na visão europeia, também não há fim para a eficiência. Não importa o quão eficaz uma máquina possa funcionar, suas funções sempre podem ser mais eficazes, criando assim uma máquina nova e melhor. O progresso é desta maneira "comprovada", e os europeus podem dizer que "avançam", ao longo que a tecnologia "avança". Não importa que não exista mais nada no qual eles possam avançar, suas inovações sempre vão parecer contribuir para melhorar a ordem na sociedade. A racionalização da sua cultura lhes dá a impressão de que eles organizaram suas vidas de forma mais eficiente. Este tipo de organização é a prova do "progresso", assim como as suas máquinas são. Em suma, isto significa que eles são inteligentes e estão ficando mais inteligentes, que eles são os melhores e estão ficando cada vez melhores. Para o europeu, auto progresso, obviamente é mais do que uma ideia. Os europeus entendem que sua natureza deve ser a natureza de todos os seres humanos e, portanto, eles projetam essa atitude para o mundo, dominando-o.

---

<sup>19</sup> Utamaroho: a força vital de uma cultura, posto em marcha pela sua essência. É o impulso ou a fonte de energia de uma cultura; o que lhe dá o tom emocional e motiva o comportamento coletivo de seus membros

<sup>20</sup> Tradução livre da citação: O utamaroho europeu exige uma auto-imagem de não apenas superioridade, mas supremacia, e a "idéia de progresso" faz o europeu supremo entre os seres humanos. É superioridade colocada na dimensão linear do tempo e, em seguida, a lógica de tempo linear colocado numa dimensão eterna. Sem a ideia e este truque conceitual de lado, culturas seriam meramente diferentes; a cultura europeia seria meramente intensamente e obsessivamente racional; com a suposição da ideia de progresso a Europa torna-se "melhor". Nos caminhos indicados, então, a ideia do progresso apoia o expansionismo e supremismo inerente ao utamaroho Europeu.

A ideia de progresso tem uma atração irresistível para os europeus, pois, afinal, foi criada a partir do seu próprio sentimento, sua força vital. Essa ideia corresponde a sua natureza e compõe parte do seu espírito conquistador. Porém, foi a eficiência tecnológica que os validou, que forneceu a evidência tangível de ganho material e realização. O sucesso tecnológico deu aos europeus a ilusão de um critério "universal" válido pelo qual julgar o seu progresso. Se exercer poder sobre os outros é o objetivo final e sempre presente, e a superioridade tecnológica traz esse tipo de poder.

Os temas da cultura e ideologia europeia se complementam e convergem de tal forma que o "progresso" torna-se um fato cultural embutido na matriz da cultura. Os europeus não são como o "resto de nós", seus objetivos e ideais parecem não funcionar para eles, a menos que eles possam os compreender como metas universais. A ideia do progresso não é nada se não for projetada como tendo um significado universal, caso contrário, ela não funciona. Deve ser uma declaração implícita de valor, explicitamente declarado como um fato "neutro". Tal como acontece com outros aspectos da matriz ideológica, o progresso não pode ser reconhecido como base de valor, porque o "científico" (valor mais alto) não deve ser reconhecido como tal. Declarações, dogmas, posições, e escolhas europeias podem então ser impostas sobre os gostos dos outros. As preferências, tendências, e perspectivas europeias tornam-se aquilo que é "bom" para todos. A ideia de progresso permeia a consciência europeia, bem como o sentido moral europeu. O objetivo europeu torna-se "o objetivo humano".

A ideologia do progresso indica um fenômeno cultural que funciona como algo mais do que uma ideia entre ideias. Como uma ideologia, torna-se um quadro de referência, um substrato a partir do qual outros conceitos são criados e pelos quais eles são julgados. É um critério permanente de adequação. Progresso como ideologia refere-se ao modo de vida europeu. Ela determina muito do que é significativo para eles e o que não é; o que é ético e o que não é. O filósofo polonês Henry Skolimowski, coloca dessa forma:

The idea of the fulfillment on earth has in time become institutionalized and known as the pursuit of progress, which in its turn has become the driving force of the whole civilization and a justification of a great variety of pursuits and aspirations of man. Indeed, it has become an overriding principle with the force of a moral

imperative expressed in one commandment: one must not be against progress (1974, p. 53)<sup>21</sup>.

Skolimowski diz que para os que acreditam, progresso significa suceder estágios de aperfeiçoamento da condição humana, mas na sua visão, a metafísica do progresso baseia-se em uma forma exploradora e parasitária. O progresso tem sido um disfarce para loucuras do homem ocidental em manipular o mundo externo. Ele descreve suas conclusões no que ele chama de "Legacy of Progress":

1) Nós temos uma melhor assistência médica. Eliminamos as doenças contagiosas e lidamos completamente melhor com a doença.

1) Nós destruimos outras culturas. Nós os tratamos como bárbaros ou selvagens, sem importância. Levamos nossa tecnologia, interrompendo, assim, os seus modos de vida, sem dar-lhes o nosso padrão de vida.

2) Nós vivemos mais tempo. Nós reduzimos a mortalidade infantil e expandimos a vida individual.

2) Nós temos esgotado os recursos naturais. Nós temos descuidadosamente explorado os recursos de todo o mundo como se fossem infinitos ou facilmente reabastecíveis.

3) Vivemos melhor. Temos um alto padrão de vida, vivemos muito mais confortavelmente, comemos melhor, nos vestimos melhor.

3) Nós causamos desequilíbrios ecológicos. Nossa compreensão científica superior, não nos impediu de má interpretação do comportamento da natureza.

4) Nós viajamos mais rápido, nós nos comunicamos mais rápido. Nós temos mais acesso as coisas: aviões, carros, livros, discos, arquivos.

---

<sup>21</sup> Tradução livre da citação: A ideia do cumprimento na terra no tempo tornar-se institucionalizado e conhecido como a busca do progresso, que por sua vez se tornou a força motriz de toda a civilização e uma justificação de uma grande variedade de actividades e aspirações do homem. Na verdade, tornou-se um princípio primordial com a força de um imperativo moral expressa em único mandamento: não deve ser contra o progresso.

4) Nós criamos estilos de vida doentios, se não insanos. Nós temos tirado o indivíduo da variedade de interações com a natureza e com outras pessoas em que ele estava naturalmente habituado em antigos modos de vida.

Ao desumanizar a ciência, os europeus têm procurado colocar-se acima dos outros que não são "científicos". Os europeus se convenceram de que o caráter de sua vida e cultura não é um resultado de uma escolha ideológica, mas sim uma necessidade universal humana atendidos pelos princípios da ciência.

O "progresso" não recua, ele triunfa sobre o passado. A necessidade e a sensação de triunfo "é um ingrediente essencial para a ideia de progresso. Neste ponto de vista, a vida é uma luta contínua, baseada na competição, onde sempre buscamos um "vencedor". Escondido atrás do conceito conhecido hoje em dia como universalismo e humanismo se encontram as exigências de uma ideologia que se alimenta de subjugação que passa pelos ideais de superar, conquistar, e vencer. Progresso significa "estamos vencendo, triunfamos". O inimigo – aquele que não compactua com a ideia- é vagamente percebido a ser "tudo aquilo que está lá fora", não apenas a natureza, mas outras pessoas, outras formas, ideias, forças. O inimigo contra qual os europeus competem é tudo aquilo que eles não são. Essa ideia envolve um movimento contínuo do progresso, pois o inimigo nunca está totalmente controlado. Os outros procuram fechar a lacuna e nós devemos ficar sempre à frente deles. Progresso é ficar à frente, é derrotar o presente.

É esse pensamento "progressista" em sua definição absoluta e função ideológica que explica aos europeus por que é o seu dever explorar, conquistar e controlar outros que são diferentes deles. É uma ideologia da supremacia, uma mitologia bem construída de superioridade. A ideologia do progresso, se traduz na lógica de uma ordem técnica opressiva, a ordem racional do universo e o esforço para dominar, oprimir e destruir uma maioria.

Juntos, o Cristianismo e a ideologia do progresso agora fornecem as concepções mitológicas e um sistema simbólico que produzem suporte ideológico para o domínio europeu. Ambas as ideologias são inerentemente imperialistas. A motivação imperialista torna-se "moral" no contexto destas mitologias. Elas simbolizam os europeus como "seres humanos" e como "civilizadores", enquanto o resto de nós nos tornamos apenas "potenciais seres humanos", "pagãos" e "primitivos". Depois de tanto usar o cristianismo ou a ideologia do progresso para transformar pessoas de outras culturas em "selvagens", os europeus se

consideram "moralmente" responsáveis pelo seu "bem-estar", como podemos observar no controle imperial por exemplo.

A ideologia do progresso permitiu que os europeus falassem com impunidade dos "incivilizados" e sobre raças "superiores" no século XIX e mais tarde lhes permitiu falar de nações "desenvolvidas", "avançadas", e "modernas". Os europeus não têm recursos próprios, mas, na sua opinião, eles têm a "expertise" e a "motivação", que lhes permite fazer o uso adequado dos recursos dos outros. O colonialismo e o neocolonialismo na África, o apartheid Sul Africano, o domínio branco no Zimbabwe, o tratamento colonial com nativos americanos, os colonos judeus na Faixa de Gaza, a existência de "Israel" na terra dos palestinos, são todos parte de uma cultura, um movimento, uma ideologia que expressa a atitude europeia, "Este lugar não era nada antes de chegarmos aqui."

Mas enquanto para Marx, o "progresso" acaba com a instauração do estado comunista, a ideologia do progresso, diz que "o progresso" nunca é totalmente alcançado, é um processo que nunca termina. "Civilização" e "progresso" são sinônimos nesta ideologia. Ambos são supostas bênçãos dos europeus. Enquanto os europeus nos civilizam, eles também nos trazem Deus. Para nós querer ser civilizado, querer encontrar Deus, é querer "progresso" na concepção branca. Em termos de ideologia do progresso, quanto mais as pessoas se tornam "racionais", mais elas se tornam "universais". A cultura – local, nacional- é associado à algo particular de cada indivíduo. A “civilização” se torna a forma cultural universalmente válida e adaptável criada por seres humanos racionais. Esta representa conhecimento e, portanto, o progresso. O círculo é, de fato, vicioso. Quanto mais a disseminação e imposição da cultura europeia for para as culturas majoritárias, o mais convincente se torna a retórica, até que, “nós intelectuais do Primeiro Mundo”, passamos a lutar não só para representar nós mesmos, mas o interesse "universal-humanitário", o que, evidentemente, já foi definido em termos de valor europeu. Aceitamos a ideologia que sustenta a nossa exploração. Nós participamos em nossa própria opressão.

Em última análise, o progresso europeu traz lucro econômico, poder político e cultural. Uma vez que este é obviamente o caso, a questão torna-se: Por que os africanos e outros povos majoritários abraçam a ideologia européia do progresso? Porque os europeus foram capazes de nos convencer de que estamos em uma "corrida". Marimba conclui seu pensamento dizendo,



The reality is that given the European asili<sup>22</sup> the ideology of progress is a powerful ideological construct. It works. But it works for Europeans. It brings them power. It justifies their existence as European and provides momentum and direction for their cultural lives and group behavior. It helps them to shape the world in their image. The ideology of progress not only functions for Europeans, but part of its success lies in its ability to seduce "the rest of us", so that we validate our own oppression. We accept its universal applicability, not realizing that its success as an ideology of imperialism is totally dependent on the syntax of "universalism". If we can reject the validity of that syntax, then we can rob it of its power as a tool of European imperialism. The ideology of progress is a European cultural-political tour-de-force; the syntax of universalism is its hand-maiden (1994, p. 510)<sup>23</sup>

A autora argumenta que o universalismo europeu, quando traduzido cientificamente, torna-se objetificação. A ilusão de objetividade promove o mito de um compromisso universalista, ou seja, é uma atitude que nega o interesse político ou de grupo. E, assim, consegue servir o interesse de um grupo – o europeu - de forma mais sutil, chamando-o de algo que não seja o que é. Podemos concluir que esse universalismo representa semanticamente os valores europeus, este não é um objetivo universalmente válido, e como um "imperativo" serve o interesse do imperialismo cultural europeu. Uma vez que os indivíduos estão convencidos de que as características universais são objetivos humanos a se seguir, padrões e valores europeus podem ser apresentados como universais, enquanto outros são rotulados como "particulares". Então a ideologia europeia pode ser doutrinadora sem parecer uma imposição, invasão, conquista, exploração ou chauvinismo.

Marimba alega que o universalismo europeu é uma arma formidável, e as vítimas desta agressão podem combater com sucesso se proceder da seguinte forma:

1. Se recusar a aceitar "universalidade" como algo humanamente possível ou desejável.

---

<sup>22</sup> Asili: origem, essência

<sup>23</sup> Tradução livre da citação: A realidade é que, dado o asili europeu, a ideologia do progresso é uma construção ideológica poderosa. Funciona. Mas funciona para os europeus. Traz-lhes poder. Ela justifica sua existência como europeu e fornece força e direção para suas vidas culturais e comportamento de grupo. Ela os ajuda a moldar o mundo à sua imagem. A ideologia do progresso não só funciona para os europeus, mas parte de seu sucesso reside na sua capacidade de seduzir "o resto de nós", de modo que nós validamos nossa própria opressão. Aceitamos sua aplicabilidade universal, não percebendo que o seu sucesso como uma ideologia do imperialismo é totalmente dependente da sintaxe do "universalismo". Se podemos rejeitar a validade do que a sintaxe, então podemos roubá-lo de seu poder como uma ferramenta do imperialismo europeu. A ideologia do progresso é um-de-força turnê europeia político-cultural; a sintaxe do universalismo é a sua mão-de solteira.

2. Avaliar criticamente todos os conceitos universais, incluindo o monoteísmo, objetividade científica, progressismo, o humanismo abstrato e rejeitá-los quando eles representarem apenas os valores europeus e entrar em conflito com conceituações com base em nossas próprias ideologias.

3. Aceitar o nacionalismo, ou seja, o compromisso cultural, como uma expressão potencialmente positiva, libertadora, e construtivo da energia humana, dependendo do conteúdo e definição específica que é dada.

Estando cientes desses fatos culturais, o auto interesse europeu expressado como universalismo irá se tornar altamente visível como apenas uma expressão do nacionalismo europeu e compromisso cultural deste povo e, assim, perder a sua eficácia intelectual e ideológica. Nós vamos ser capazes de nos reconhecer como vencedores. Pois agora está claro que o universalismo europeu age para cumprir o pensamento expansionista, uma vez que serve a função ideológica da estrutura cognitiva e a necessidade de poder da essência cultural europeia.

Perceber a ideia de progresso inserido dentro do contexto europeu é de suma importância para que possamos reavaliar a conjuntura do sistema internacional nos dias de hoje. Observamos que desde o processo de construção da identidade europeia, o pensamento de superioridade e expansionismo prevalecem dentro desta cultura, que após o colonialismo e o imperialismo dos séculos passados, passam a adotar uma nova dialética dentro do contexto atual, a fim de manutenção do seu sistema de poder e opressão. As nações europeias ditas como “modernas” hoje em dia, procuram na ideologia do progresso e no discurso do universalismo impor seus interesses que um dia já foram instituídos pelo uso da força.

Está arquitetura foi disseminada com o imperialismo e hoje é minada pelas instituições de poder dentro da sociedade de forma a nos convencer que os interesses europeus são universais e melhor para todos. Precisamos quebrar com essa ideologia trazendo um diálogo entre culturas e interesses nacionais e não tomando o compromisso cultural de um povo como se fosse de todos nós.

## Considerações Finais

Questões que envolvem raça e racismo tem se mostrado presentes desde o início das Relações Internacionais, sendo confundida até com Relações Inter-raciais, já que o início desse pensamento praticamente nasce com o contato do europeu com o “outro” com as grandes navegações do século XVI e XVII. Seria muito difícil negar a sua centralidade para as origens da disciplina ou sua relevância no desenvolvimento do sistema internacional moderno. Debates sobre sua ontologia, estatuto epistemológico, e legitimidade são necessários precisamente porque a raça é um alvo em movimento, as suas manifestações variam em tempo e espaço. Neste capítulo, eu abordei alguns destes debates através de um rápido passeio pela construção do conceito moderno que surgiu como fruto da identidade e pensamento cultural europeu e como isso se desenvolveu no âmbito das Relações Internacionais e em seus conceitos básicos, tornando-se mais na frente em uma ideologia poderosa que perpetua até os dias de hoje com a ideia de progresso.

Hoje em dia, com a constituição da Organização das Nações Unidas e com o discurso de igualdade transmitido tanto no âmbito doméstico quanto no internacional, não ouvimos mais falar de termos como “supremacia branca” e “ser primitivo”, porém se olharmos para a formação institucional estrutural iremos perceber que ainda existe uma clara relação de poder dividida por uma linha de cor. As grandes potências mundiais ainda são em sua grande maioria ocidentais e são essas que ditam as regras e tem um maior poder de decisão no sistema internacional, colocando países do continente africanos – suas ex-colônias – numa posição de subordinação. Porém atualmente, essa divisão racista é muito pouco falada nas rodas de debate, a hierarquia baseada em raça é silenciada e enquadrada em uma atitude individual abominável. Este tipo de pensamento faz com que esse assunto que praticamente nasceu com as Relações Internacionais, seja desprezado entre os estudiosos dessa área. Raymond John Vincent estudioso da Escola de Relações Internacionais inglesa argumenta que,

Like sex in Victorian England, it has been said, race is a taboo subject in contemporary polite society. Conflicts or attitudes that to the simpleminded might appear to be selfevidently racial are explained away as class-based, or as difficulties attending immigration, or as responses to special local circumstances. Certainly, race relations are not an area in which political reputations are easily made, and outspokenness on the subject seems to be to the preserve of those who have little to lose, their having either departed the scene or not yet arrived at it. Yet beneath

this wish to talk about something else, and perhaps in part explaining it, lurk the largest of claims for the factor of race in politics, and the direst of forebodings about the future of race relations. As early as 1903 W. E.B. Du Bois was already expressing the problem of the twentieth century as the problem of 'the colour-line', and this has been a theme of pan-African congresses to the present day (1982, p. 658)<sup>24</sup>.

Em sua explicação sobre o papel da raça na vida internacional, Vincent concluiu que esse assuntos são importantes porque podem ajudar a luta por justiça global. Essas reflexões são tão relevantes hoje como era há três décadas. O tabu de raça faz com que seja difícil lidar com a experiência vivida do racismo em todos os lugares. Estas dificuldades devem fazer parte de uma estrutura pós-colonial, antirracista, e pós-racial, tais como as Relações Internacionais. É preciso também reconhecer que qualquer tabu de raça solidifica a posição daqueles que se beneficiaram da distribuição histórica de poder e autoridade na política mundial.

Trazer esse debate para dentro das Relações Internacionais trará uma nova perspectiva para o sistema, forçando uma descentralização das ideias vigentes. O silêncio dos estudos das Relações Internacionais para os assuntos de raça mais uma vez só serve para manutenção do *status quo* europeu e para legitimação do seu pensamento ideológico, que apesar de mudar de discurso ao longo do tempo, persegue um mesmo sentido, o imperialista.

O pensamento racista, imperialista e explorador europeu galgados na ideia de superioridade de raça não morreu e se faz presente em outras linguagens hoje em dia. A crise de refugiados é uma prova disso. A guerra contra o terrorismo é uma prova disso.

Por isso foi preciso fazer uma análise do pensamento e comportamento cultural europeu, traçando aspectos fundamentais que revelam a essência da cultura ocidental que até hoje permanece praticamente intacta e é repassada por todas as instituições da sociedade, contribuindo para a formação de indivíduos que pensem como os europeus – como os brancos – e logo legitimem e perpetuem essa estruturação social.

---

<sup>24</sup> Tradução livre da citação: Tal como o sexo na Inglaterra vitoriana, como já foi dito, a raça é um assunto tabu na sociedade educada contemporânea. Conflitos ou atitudes que o simplório pode parecer ser evidentemente racial são explicados como base de classe, ou como dificuldades que acompanham a imigração, ou como respostas às circunstâncias locais especiais. Certamente, as relações raciais não são uma área em que reputações políticas são facilmente feitas, e franqueza sobre o assunto parece preservar aqueles que têm pouco a perder, terem tanto saído de cena ou ainda não chegaram a ele. No entanto, sob essa vontade de falar de outra coisa, e talvez, em parte, explicar, espreitam a maior das reivindicações para o fator da raça na política, e o mais terrível dos pressentimentos sobre o futuro das relações raciais. Já em 1903 W. E.B. Du Bois já estava expressando o problema do século XX como o problema da "linha de cor", e este tem sido um tema de congressos pan-africanos para os dias de hoje.

Esse pensamento que coloca os europeus como seres superiores, avançados e civilizados também se mostra claro no âmbito das relações internacionais, quando, por exemplo, dividimos o mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, apenas uma nova nomenclatura para civilizado e primitivo. Ainda existem aqueles em desenvolvimento, que estão no caminho para se tornarem desenvolvidos. E quem é desenvolvido? E quem diz o que é ser desenvolvido? O ocidente.

Percebam que as mesmas sociedades que foram rotuladas de primitiva pelos antropólogos na época dos descobrimentos permanecem subjugadas pelos cientistas políticos de hoje. Várias questões abordadas ao longo do trabalho mostram isso, como por exemplo o conceito de anarquia internacional ou o direito de intervir. A balança de poder que estudamos no realismo é uma divisão de poder branca, onde sociedades “primitivas” – países do terceiro mundo – não podem participar. Isso fica evidente com o Conselho de Segurança da ONU, tendo apenas a China como país amarelo, pois este era o único país da Ásia, além da URSS, que poderia fazer frente ao Japão após a Segunda Guerra Mundial.

O avanço tecnológico sem sombra de dúvidas é a arma mais poderosa do ocidente na atualidade e permitiu com que discursos ultrapassados baseados em raça tivessem um fim, dando lugar para a ideologia do progresso, que coloca o mundo numa corrida interminável e garante ao ocidente uma posição privilegiada. Essa posição permite que os europeus falem por todos nós usando o discurso do universalismo, onde o conhecimento científico está acima de todos e por todos. A educação ocidental disseminada por todo o mundo permite com que nós assimilamos essa ideologia com mais facilidade, aceitando-a.

Por esse motivo, precisamos repensar nossos conceitos e valores sociais, considerando um contexto local e ignorando a ideologia europeia dita como universal. As sociedades precisam buscar seus próprios valores que lhes representam por inteiro e assim dialogar com outras sociedades no cenário internacional num debate que realmente traga uma pluralidade de ideias.

## Referências

ANI, Marimba. **Yurugu: An African-centered Critique of European Cultural Thought and Behavior.** Africa World Press, 1994.

MILLS, Charles. **The Racial Contract.** Ithaca, New York: Cornell University Press, 1997.

WELFFORT, Francisco C. **Os Clássicos da Política, 1.** São Paulo: Ática, 2006.

## Artigos

BELL, Duncan. **Race and international relations: introduction.** Cambridge Review of International Affairs, Vol. 26, 2013.

HENDERSON, Errol A. **Hidden in plain sight: racism in international relations theory.** Cambridge Review of International Affairs, Vol. 26, 2013.

THOMPSON, Debra. **Through, against and beyond the racial state: the transnational stratum of race.** Cambridge Review of International Affairs, Vol. 26, 2013.

VUCETIC, Srdjan. **Black banker, white banker: philosophies of the global colour line.** Cambridge Review of International Affairs, Vol. 26, 2013.

VUCETIC, Srdjan. **Against Race Taboos.** Editado por A Anievas, N Manchanda e R Shilliam. London, Routledge, 2014